

SISTEMA FAEP



Mala Direta
Postal

9912152808/2006-DR/PR

SENAR

CORREIOS

BOLETIM

informativo

Ano | n° | 29 de junho a
XXIV | 1056 | 5 de julho de 2009

Tiragem desta edição 24.000 exemplares

LANÇAMENTO EM LONDRINA

Plano Agrícola e Pecuário

“Plantem”. O Lula garante?



PLANO AGRÍCOLA E PECUÁRIO

Veja a seguir as principais abordagens de Lula, em Londrina:

Ideologia

“Lógico que nós não estamos sozinhos. Nós temos inimigos, nós temos adversários, nós temos gente que vai lá fora dizer que a nossa carne não presta. Nós temos gente que vai dizer que a nossa soja é isso, que nosso milho é aquilo, que nosso etanol é o responsável pelo encarecimento do alimento. Não pense que isso é de graça. Esse é um discurso ideológico dos nossos adversários”.

Fundo garantidor

Lula mostrou que sabe dos problemas enfrentados pelos produtores rurais. A publicação no domingo, dia 21, no jornal “Folha de São Paulo” da matéria (“Lula dá aval para ajuda ao agronegócio”) gerou, no entanto, uma expectativa que não se confirmou com suas palavras, em Londrina. Haveria, segundo o jornal, um “fundo garantidor” entre R\$ 7 e R\$ 10 bilhões, com gestão do Banco do Brasil, para servir como “uma espécie de avalista aos produtores endividados”.

Geografia

“Aí, nós temos que pegar o mapa do Brasil, mostrar que apenas 1% do território brasileiro é utilizado cana-de-açúcar, que nós temos 360 mil de terras na Amazônia que estão preservadas, que nós temos 60 milhões de hectares para recuperar. E é preciso contar toda uma história. Porque quando vem ao Brasil uma primeira-ministra conversar comigo, a primeira coisa que ela quer saber é: “como é que anda a Amazônia?”

Meio Ambiente

“Você não pode pegar um estado que tem a agricultura pronta, que desmatou na década de 30, na década de 40, 50, 60, e dizer: Agora vamos botar tudo, acaba com tudo, vamos replantar tudo o que tinha antes para a gente começar de novo. Assim não vale”.

Preservação

“Se nós queremos preservar, temos que pagar para preservar, nós temos que pagar para a pessoa preservar a sua terra. E nós temos que pagar para as pessoas plantarem... Então eu penso que ao invés de a gente ficar apenas tentando proibir, é preciso que a gente tenha imaginação fértil, coloque a nossa criatividade para funcionar”.

Equilíbrio

“O ponto de equilíbrio é quando a gente estabelece uma regulação capaz de dar tranquilidade a vocês para não ficar dependendo do governo a cada vez que tem uma crise. Por isso, o Congresso tem que aprovar um fundo contra catástrofe, urgentemente. Por isso que o seguro agrícola tem que ser fortalecido, para parar com essa história de alguém culpar alguém”.

“Hoje eu dizia lá num encontro: essa história de que a agricultura familiar e o agronegócio não combinam é uma farsa que eu não sei quem inventou. O Brasil precisa das duas”.



PLANO AGRÍCOLA E PECUÁRIO

Lula: "O Plano é maravilhoso, mas"

O presidente Lula tem o hábito do improvisado em suas aparições públicas. Municiado por dados de ministros e assessores, ele tem a habilidade de conduzir e atrair a atenção do público, mediante um raciocínio rápido, desenvolvido desde a época em que liderava os metalúrgicos no ABC.

Lula tem ainda o benefício e o embalo constante de pesquisas positivas para atrair aplausos e cenas explícitas de carinho. Ao aterrissar na última segunda-feira no heliponto provisório no Parque Ney Braga, em Londrina, Lula e sua jaqueta estampada com o brasão da República, traziam uma procissão de autoridades: os Ministros Reinhold Stephanes, da Agricultura, Dilma Roussef, da Casa Civil, Paulo Bernardo, do Planejamento e Orçamento, além do senador Osmar Dias (PDT), declarado candidato a governador do Paraná, e seu adversário político Roberto Requião, deputados federais e estaduais.

Lula foi lançar o novo PAP (Plano Agrícola e Pecuário 2009/2010), que em resumo é a bíblia da agropecuária nacional, por sinalizar os recursos orçamentários disponíveis para o setor.

Os jornais do final de semana anterior ao anúncio de Lula já revelavam que o Governo Federal reservara para o novo PAP R\$ 107,5 bilhões, quantia 38% superior ao da safra passada (que foi de R\$ 78 bi, mas apenas R\$ 64,8 bi foram utilizados). Diante de um mar de bonés verdes de produtores rurais filiados aos Sindicatos do Sistema FAEP, a



epístola de Lula foi convincente.

"Pelo amor de Deus, gente. Plantem, plantem, plantem, porque o Brasil vai precisar muito da agricultura para ver se a gente sai dessa crise mais forte e mais robusto".

O presidente sabe do que está falando. O setor agropecuário representa 1/3 do PIB nacional, 1/3 dos empregos do país e 1/3 das exportações.

Para continuar plantando, porém, os produtores precisam que o PAP saia realmente do papel. Aliás, o próprio presidente, no final de seu discurso em Londrina, foi veemente: "Entre a gente decidir liberar e de fato ocorrer a liberação há uma distância. O Reinhold (Stephanes) precisa colocar um termômetro na

sua sala, informando o período de plantar, de colher e de vender para que o dinheiro saia na época certa, quando as pessoas precisam. Senão o Plano é maravilhoso, mas não será executado como muitos outros que foram feitos neste País".

Não será preciso ao ministro Stephanes, porém, colocar um termômetro na sua sala. Nas suas andanças pelo país (do Piauí ao Rio Grande do Sul, como ele diz), Stephanes já constatou que o grande problema da agricultura é o endividamento dos produtores. Nas suas costumeiras comparações com o futebol, Lula poderia ter lembrado que a torcida está querendo entrar em campo, mas depende do preço e da disponibilidade do ingresso.

Para continuar plantando, porém, os produtores precisam que o PAP saia realmente do papel



PLANO AGRÍCOLA E PECUÁRIO

Um raio X do Plano

O Plano Agrícola e Pecuário (PAP) 2009/10 foi avaliado pelo Departamento Técnico e Econômico (DTE) da FAEP.

Confira a análise dos principais pontos do Plano.

Acesso ao crédito – O acúmulo de dívidas ao longo dos últimos cinco anos influenciou a classificação de risco nos bancos e reduziu o acesso aos recursos do crédito oficial. *A expectativa é de aprovação simultânea nas mudanças nas regras de classificação do risco do produtor e na criação de um Fundo Garantidor de Crédito.*

Dívida 2009 – R\$ 4 bilhões de prejuízos na safra de verão e apenas onze municípios pediram situação de emergência. Só esses podem ser beneficiados com renegociações das operações de custeio e investimento. O FAT Giro Rural ficou de fora da renegociação. *A solução é a ampliação da regra de acesso à renegociação para o Paraná.*

Fundo de Catástrofe – O Projeto de Lei Complementar (PLC 374) do Fundo está no Congresso desde julho do ano passado. *A demora pode comprometer a continuidade do Seguro Rural. Isso impede o governo federal aportar recursos em casos de emergências, até que o Fundo seja composto na sua integridade pelas seguradoras e resseguradoras.*

Mudanças no Proger Rural

Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger Rural) terá recursos na ordem de R\$ 5 bilhões, aumento de 72% ao programado na safra anterior.

Para enquadramento no Proger, o PAP estabelece o fim do limite de até 15 módulos fiscais de terra e um limite maior de renda do produtor, passando de R\$ 250 mil para R\$ 500 mil. Além disso, há um rebate para fins de enquadramento do cálculo da renda de algumas atividades como avicultura, suinocultura, fru-

ticultura, café, cana e pecuária de leite.

Houve aumento dos limites de financiamento de custeio e investimento para R\$ 250 mil e R\$ 200 mil, respectivamente, além da introdução da modalidade de crédito rotativo com limite de R\$50 mil.

O Plano prevê o direcionamento de no mínimo 6% dos recursos dos depósitos à vista que devem ser aplicados no setor rural, o que pode solucionar os problemas de falta de recursos de anos anteriores.

O Paraná será beneficiado, porque detém um grande contingente de médios produtores que acessarão crédito mais barato e com condições diferenciadas de financiamento.

nos dinheiro retorna para os novos empréstimos.

Calcário - O uso do calcário agrícola na correção do solo passa a ser incluído nos itens financiáveis de custeio; Criação do Procap-Agro (Programa de Capitalização das Cooperativas Agropecuárias); e mudanças do Proger estão entre as principais novidades.

Juros

Foi mantida a taxa de juros para recursos controlados de 6,75% ao ano e para o Proger Rural em 6,25%.

As condições de acesso de médios produtores ao Proger Rural com juros menores de 6,25% foi melhorada. Apesar do setor reivindicar taxas menores, a manutenção da

Montante de recursos para a agricultura comercial			Em R\$ bilhões
Itens	2008/2009	2009/10	Variação (%)
Custeio e comercialização	54,8	66,2	20,8
- juros controlados	45,1	54,2	20,2
- juros livres	9,7	12	23,7
Investimento	10,2	14	37,2
Linhas especiais		12,3	
Total	65	92,5	42,3

Fonte: SPA/MAPA

O volume de recursos já era esperado, mas a preocupação é com o acesso dos produtores ao crédito. Salienta-se que os recursos oficiais para custeio são utilizados também nas linhas de empréstimos de comercialização. Esses mesmos recursos sofrem impacto das renegociações de dívidas. Logo, quanto mais produtores renegociarem suas dívidas em 2009, me-

taxa é compatível com o cenário econômico, tendo em vista que a taxa Selic pode sofrer aumento em 2010 com a retomada da economia. Porém, o governo federal concedeu muitos benefícios para outros setores da economia por conta da crise internacional e não deu o mesmo tratamento para a agropecuária.



Limites de Financiamento

LIMITES DE FINANCIAMENTO			
Limites de adiantamento de custeio e de EGF por produtor			
Limites vigentes safra 2008/2009 (R\$ mil)	Produtos	Limites para a safra 2009/2010	
		(R\$ mil)	Aumento
550	Algodão, milho, feijão, mandioca, soja, sorgo, trigo e lavouras irrigadas de arroz	600	9,10%
400	Frutas		50%
400	Amendoim, café, feijão, mandioca, soja, sorgo, trigo e lavouras não irrigadas de arroz.	450	12,50%
200	Avicultura e suinocultura exploradas em sistemas que não o de parceria, pecuária bovina e bubalina, cana-de-açúcar, pecuária leiteira ou de corte.	250	25%
130	Demais produtos	170	30,20%
	Investimentos	200	53,80%

Fonte: SPA/MAPA

Os produtores, que têm orçamento superior ao estipulado, podem elevar os limites em até 30%, quando ocorrer simultaneamente duas ou mais das seguintes situações: utilizem mecanismos como o seguro de produção ou mercado futuro; comprovem a existência física das reservas legais e áreas de preservação permanente; adotem o sistema de identificação de origem (rastreadabilidade); e, comprovem a aquisição de sementes das categorias genética, básica, certificada de primeira geração, certificada de segunda geração, semente S1 ou semente S2. Desta forma, o limite de milho pode chegar até R\$ 780 mil, soja R\$585 mil e pecuária R\$ 325 mil.

COMERCIALIZAÇÃO - As medidas anunciadas para os preços mínimos não atendem a demanda do Paraná. Foi solicitado preço de R\$89,54 no feijão e R\$19,41 no milho.

PROGRAMAS DE INVESTIMENTOS - As medidas são positivas e atendem boa parte das demandas do setor rural.

SEGURO RURAL - Subvenção do Prêmio: previstos R\$ 273 milhões (aumento de 50% sobre safra passada) e mantidas as condições anteriores (o governo assume, em média, 50% do custo do seguro).

O Seguro Rural ainda necessita de avanços para proporcionar maior segurança aos produtores. É um instrumento da política agrícola que está em construção, mas que obteve avanços em relação às safras anteriores. Alguns critérios das seguradoras precisam ser ajustados. Entre eles, criar no âmbito do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) faixas de produtividade baseadas nas características de tecnologia aplicada do empreendimento.

COMERCIALIZAÇÃO				
Preços mínimos 2009/2010				
Cultura	Região	Unidade	R\$ Safra 2008/09	R\$ PAP 2009/10
Feijão	Sul, Sudeste, Centro-Oeste, BA/Sul	60 Kg	80,00	80,00
	Norte, Nordeste, (exceto BA/Sul)			
Milho	Sul, Sudeste, Centro-Oeste (exceto MT)	60 Kg	16,50	17,46
	MT e RO		13,20	13,98
	Norte (exceto RO) Nordeste		19,00	20,10
Raiz de Mandioca	Sul	t	98,85	110,82

Fonte: SPA/MAPA

PROGRAMAS DE INVESTIMENTOS					
Programas de Investimento: Recursos Programados					
Programa	Programação (R\$ mil)		Limite de Crédito por Operação (R\$ mil)		Prazo Máximo
	2008/09	PAP 2009/10	2008/09	PAP 2009/10	PAP 2009/10
Moderinfra	500	500	1.000	1.000	8
Moderagro	850	850	250	250	8
Propflora	150	150	200	200	12
Prolapec	1.000	1.500	300 ou 400	300 ou 400	5 a 12
Produsa					
Prodecoop	1.000	2.000	50.000	50.000	12
Moderfrota	2.500	2.000	-	-	6 a 8
Moderfrota Proger Rural	500	1.000	-	-	
Procap-Agro	-	2.000	-	50.000	6
Total BNDES	6.500	10.000	-	-	-
Fundos Constitucionais	3.700	3.500	-	-	-
Proger Rural Investimento	200	500	200	200	8
Total todos os programas	10.200	14.000	-	-	-

Fonte: SPA/MAPA

PLANO AGRÍCOLA E PECUÁRIO

Sanidade, meio ambiente e cooperativas

No contexto do PAP foram anunciadas medidas relacionadas à inspeção animal, ao meio ambiente e às cooperativas. Veja abaixo um resumo delas.

Inspeção

O Paraná será o primeiro estado a adotar o Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (Sisbi/Poa). Os serviços de defesa sanitária do estado que decidirem aderir ao Sistema terão de comprovar que adotam os mesmos procedimentos do SIF e estarão sujeitos a auditorias. Os produtos fiscalizados de acordo por auditores credenciados receberão o selo do Sisbi em suas embalagens.

Áreas degradadas

Áreas produtivas degradadas, com desempenho abaixo da média, vão dispor de R\$ 1,5 bilhão para sua recuperação pelo Programa de Incentivo à Produção Sustentável do Agronegócio (Produsa). São R\$ 500 milhões a mais do que o montante do último ciclo. Os juros variam de 5,75% a 6,75% ao ano.

Os recursos são do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e poderão ser aplicados em práticas sustentáveis para recuperação de áreas e pastagens degradadas. Técnicas de melhoria do uso do solo, de geração de energia limpa e renovável e de aproveitamento de resíduos vegetais também estão contempladas. O Programa apoia a adoção de sistemas produtivos de integração entre lavoura, pecuária e silvicultura, além de incentivar produtores a se ajustarem à legislação ambiental vigente.

APPS e Reserva Legal

Agricultores e pecuaristas que tenham em suas proprieda-



des Reserva Legal e áreas de Preservação Permanente terão aumento de até 15% no crédito de custeio. A mesma regra vale para produtores que apresentarem plano de recuperação de áreas com anuência do IBAMA ou do IAP.

Adequação sanitária e ambiental

O Programa de Modernização da Agricultura e Conservação dos Recursos Naturais (Moderagro) financia a construção e a modernização de equipamentos para tratamento de dejetos e projetos de adequação sanitária e ambiental. Já o Programa Comercial e Recuperação de Florestas (Proplora) concede crédito para a manutenção de florestas com fins

econômicos e a recomposição de áreas de preservação permanente e Reserva Legal.

Cooperativas

- Para promover a ampliação de capital de giro, recuperação ou reestruturação da estrutura patrimonial das cooperativas, o PAP 2009/2010 contempla R\$ 2 bilhões no "Procap-Agro". Esses recursos poderão financiar a aquisição ou integralização de cotas-partes do capital social das Cooperativas. O cooperado poderá usar para ampliar o capital social ou adquirir bens e serviços. Permite ainda o aumento do capital de giro associado ou não a um projeto de investimento, além do custeio ou saneamento financeiro.

PLANO AGRÍCOLA E PECUÁRIO

Stephanes, o ministro

No lançamento do PAP 2009/2010, ficou claro o prestígio do ministro Reinhold Stephanes, da Agricultura. Suas posições sobre a agropecuária nacional foram ratificadas pelo presidente da República. Veja um resumo de suas opiniões:

Reserva Legal

“O que estamos discutindo é a reserva legal, que nenhum outro país do mundo tem. De quem é a obrigação de manter essas grandes reservas? Essa é, em todo o mundo, uma responsabilidade dos governos e não apenas do produtor. Se a sociedade quer a preservação ambiental deve pagar por isso e não jogar todo o esforço nas costas do agricultor”

Fundo

“Ainda não há uma decisão final sobre o Fundo Garantidor. Isso deverá ocorrer ao longo deste ano”.

Crise

“Mesmo com a crise, problemas de mercado, seca e outros problemas climáticos, o produtor continua plan-

tando. Isso é determinante para a nossa passagem pela crise”.

Novidades

“O governo federal estuda um novo modelo de financiamento agrícola. É uma política mais agressiva, mas não é fácil. Estamos atentos a esses problemas e para a próxima safra teremos novidades”.

Eficiência

“Com 2,8% do território nacional, o Paraná é responsável por mais de 1/5 da produção brasileira no agronegócio. Uma produção organizada e eficiente”.

Dinamismo

“A agricultura é um dos setores dinâmicos que o governo tem para

sair da crise. Ela responde. Por isso é importante investir. Os retornos são rápidos e importantes. Toda a cadeia do agronegócio emprega praticamente 1/3 da mão-de-obra no Brasil”.

Tranquilidade

“Quatro mil municípios brasileiros vão bem quando a agricultura vai bem”.

Endividamento

“99% dos agricultores estão endividados não porque não querem pagar. Porque enfrentaram problemas climáticos ou porque enfrentaram queda de preços na hora da colheita. Isso tem que ser entendido e tem que se achar soluções dentro disso”.

Ao Pioneiro, Uma Medalha



Com emoção, Herbert Arnold Bartz (foto), 72 anos recebeu a medalha “Apolônio Salles” das mãos do presidente Lula, na segunda feira (22), durante o lançamento do Plano Agrícola e Pecuário (pap 2009/2010), em Londrina. Homenagem merecida. Junto com Manoel Henrique Pereira (“Nono”), em Ponta Grossa, e Franke Dijkstra, em Guarapuava, e Bartz, em Rolândia, foram buscar nos Estados Unidos, no início da década de 70, detalhes do plantio direto, tornando-se pioneiros no Paraná e no Brasil no uso dessa técnica na agricultura.

Assessorados, entre outros, pelo Engenheiro-Agrônomo Hans Peeten, da Cooperativa Batavo, pelo Engenheiro-Agrônomo Américo Conrado Meinicke, da ACARPA-PR e com

a Fundação ABC - Arapoti, Batavo e Castrolanda, em Carambeí, Castro-PR, tornaram-se os principais difusores do plantio direto no Brasil e na América Latina, responsáveis pela expansão do sistema em outras regiões do Paraná e do Brasil. Primordialmente, no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, e depois por todo o Brasil, espalharam-se os Clubes Amigos da Terra (CAT), que, a partir de 1983, iniciaram o processo de divulgação e fomento do plantio direto em diversos municípios brasileiros.

**Visionário e obstinado Apolônio Jorge de Farias Salles, foi técnico, educador e político (secretário de Agricultura de Pernambuco, Ministro da Agricultura e senador).*

PLANO AGRÍCOLA E PECUÁRIO

Essa gente alimenta o Brasil

O Paraná tem 442 mil propriedades rurais, das quais 414 mil na faixa de 0 a 100 hectares. Essa gente é responsável por US\$ 8,9 bilhões dos US\$ 15,2 bilhões exportados pelo Estado, em 2008. Essa gente produz, em média, 48% do

trigo, 26% do milho, 23% do frango e 20% da soja nacional. Essa gente só tem seguro para financiamentos e não para a renda.

Essa gente sofre invasões de terras, aguentou quatro secas em seis anos e costuma plantar com

o dólar alto e colher com a moeda americana mais baixa. Essa gente anônima alimenta e estabiliza a economia brasileira. E continua plantando, apesar de tudo. O “BI” encontrou dois exemplos dessa gente.

Falou e disse

O russo João Chaveco teve seu nome rapidamente aporuguesado para evitar problemas políticos e com o cartório, onde registrou seus 50 hectares, em São Jorge do Ivaí, no noroeste paranaense. Corria o ano de 1951 e russo era sinônimo de comunista e o que pareceu mais parecido com o sobrenome soviético foi “Chaveco”.

O governo, na época, não baixou decreto, mas a ordem era botar abaixo a floresta e plantar café. Hoje, os netos de Chaveco, Moacir e Edvaldo Falla lembram dessa história preocupados, porque não tem como preservar 20% da reserva legal e mais a APP da pequena propriedade. Os irmãos Falla levantaram R\$ 36 mil do Pronaf e cultivam soja, milho e um pouco de café. Calculam ter perdido 80% com a estiagem desse ano.

O Proagro venceu e até agora não vi a cor do dinheiro, a situação é sempre aquela: colheita boa, preço baixo; colheita ruim, cadê o produto?”, diz Moacir, 42 Anos. O Gerente da Coamo em São Jorge do Ivaí, José Claudemir Menegon, relata que na região é essa a situação.

Moacir foi a Londrina ver e ouvir o lançamento do PAP 2009/2010 e faz jus ao sobrenome curioso “Falla”. “O governo fala muito e age pouco”. falou e disse.



José Claudemir e Moacir Falla

“Nenhum centavo”

Na pequena Cruzeiro do Sul, no noroeste do Estado, a 500 quilômetros de Curitiba, vivem cerca de 5 mil pessoas, a maioria vinculada à avicultura e ao trabalho com a cana-de-açúcar. Entre elas está Satiko Niimoto, uma simpatia de gente de olhos puxados e com o vigor dos descendentes de japoneses.

Ela e o marido Roberto tocam 60 hectares de terra roxa semeada de pastagens e coberta pelas sombras de árvores frutíferas como o caqui. A família Niimoto, nos últimos anos, se viu obrigada a desenvolver uma pequena agroindústria de produção de especiarias japonesas como o tofu e os sushis para enfrentar os ventos uivantes que assolaram a agricultura da região. Tiveram de desativar a cultura do bicho da seda e vender dois galpões para pagar dívidas.

Apesar das promessas de fartura de crédito, a família Niimoto teve de recorrer a empréstimos bancários da pessoa física para empurrar os negócios, o conhecido “papagaio”. O último deles de R\$ 10 mil. Na segunda-feira, dia 22, Satiko estava em Londrina no lançamento do novo PAP. “Eles vêm aqui e falam em milhões na TV e na mídia, mas eu nunca vi um centavo”.



Roberto e Satiko Niimoto

PLANO AGRÍCOLA E PECUÁRIO

Lançamento



Cerca dois mil produtores rurais estiveram no Parque Ney Braga, em Londrina, no lançamento do PAP 2009/2010. A maioria de bonés verdes, mobilizada pelo Sistema FAEP. Nas fotos, cenas do evento, um dos mais importantes da agropecuária brasileira.



HABILITAÇÃO

Sindicatos credenciam para operar com Pronaf

Desde abril, 85 sindicatos rurais paranaenses já foram habilitados, com ajuda da FAEP, a emitir a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP).

A DAP é exigida de todo produtor que tiver enquadramento nos financiamentos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, que têm juros reduzidos.

Para se obter uma DAP, marido e mulher devem ir ao sindicato, munidos de seus CPF e cédulas de identidade. Também é necessário levar documento que comprove a posse da terra que será explorada. Pode ser escritura, título, contrato de arrendamento, contrato de parceria, contrato de comodato ou outro registro que comprove a propriedade sobre o imóvel. Este item é dispensado quando a atividade da família interessada não está vinculada a uma unidade fixa de terra, como os pescadores ou extrativistas, ou ainda no caso de "posseiros".

De graça

A DAP deve ser fornecida gratuitamente mesmo para quem não for sin-

dicalizado. A cobrança de qualquer valor, seja em dinheiro, serviço ou produto, bem como a exigência de filiação ou pagamento de anuidades, para a emissão da DAP é crime e deve ser denunciado ao Ministério Público, ou seja, ao Promotor de Justiça de sua co-

marca. Também é crime a emissão desse documento a pessoas, associações ou cooperativas que não se enquadram nas condições do Pronaf. Outras informações, na FAEP, com Nilson Camargo - 2169-7931 ou nilson.camargo@faep.com.br

A cobrança de qualquer valor é crime e deve ser denunciado ao Ministério Público

Pronaf oferece juros menores

As novas condições para financiamentos do Pronaf vão ser anunciadas no dia 21 de julho. Veja como foi na última safra:

Para contratos de Custeio	
Valor Financiado	Taxa de juros / ano
Até R\$ 5 mil	1,5%
De R\$ 5 mil a R\$ 10 mil	3%
De R\$ 10 mil a R\$ 20 mil	4,5%
De R\$ 10 mil a R\$ 20 mil	5,5%

Para contratos de Investimento	
Valor Financiado	Taxa de juros / ano
Até R\$ 7 mil	1%
De R\$ 7 mil a R\$ 18 mil	2%
De R\$ 18 mil a R\$ 28 mil	4%
De R\$ 28 mil a R\$ 36 mil	5,5%
Prog. Mais Alimentos (até R\$ 100 mil)	2%

COM APOIO DA COMUNIDADE

Realeza promove curso de Desenvolvimento Sindical

No dia 23 de junho teve início curso de Desenvolvimento Sindical em Realeza atendendo aos sindicatos da região: Realeza, Marmeleiro, Ampere, Salto do Lontra, Capanema, Planalto, Pérola do Oeste, Pranchita, Santa Isabel do Oeste e Santo Antônio do Sudoeste. Foram 30 participantes, principalmente diretores de sindicatos da região. Destaca-se a participação de jovens e mulheres. São 8 mulheres que

participaram do programa Mulher Atual, e agora assumem as atividades sindicais.

O curso foi realizado no Rotary Clube de Realeza. O grupo do Rotary e as Senhoras Rotarianas providenciaram a alimentação dos participantes em benefício ao Grupo de Portadores de Câncer (GAMAR), Grupo de Apoio Mãos Amigas.

Os participantes da região agra-

decem à FAEP por ter descentralizado o curso, fazendo turmas no interior e possibilitando a participação de mais pessoas no programa.

Participaram da abertura Livaldo Gemin, diretor-secretário da FAEP, João Carlos Bonatti, presidente do Sindicato de Realeza, e Neri Munaro, supervisor Regional do SENAR-PR (Francisco Beltrão). O Programa será ministrado pelo Instrutor do Sebrae, Valdir Vergílio Madeira.

Jovens “cabeças” no campo

Eles estão se preparando para estar no comando da agropecuária



módulo específico de mecanização

2.500

jovens estão
em campo
aprendendo
sobre gestão
rural dentro do
Programa Jovem
Agricultor
Aprendiz.

Outros **700**, que passaram por esta etapa e já identificaram sua área de interesse, estão cursando um dos módulos específicos oferecidos pelo Programa:

- Agricultura orgânica
- Fruticultura
- Olericultura
- Pecuária leiteira
- Cana-de-açúcar
- Mecanização

Esses módulos estão disponíveis para todos os participantes que concluíram a primeira etapa do JAA.

novo recorde

1.274 é o número total de cursos programados para o mês de julho. A marca é resultado de um trabalho que envolve a definição de títulos de treinamentos adequados à realidade do Paraná, apoio dos sindicatos rurais e demais parceiros, mobilização dirigida, material atualizado, instrutores bem preparados e supervisão dos eventos. Mérito de toda a equipe de colaboradores do SENAR-PR.

PRODUTORAS RURAIS

Tibagi realiza curso do Programa Mulher Atual



O Sindicato Rural de Tibagi, em parceria com a Subprefeitura de Caetano Mendes e Emater, realiza o terceiro curso do Programa Mulher Atual.

O encontro começou no dia 2 de junho e vai até dia 1.º de agosto, dividido em 10 encontros, com instrutora do SENAR-PR Sandra Tamburi Prestes. 25 mulheres participaram do evento, e entre os temas abordados, estão autoconhecimento, sucessão familiar, adaptabilidade às mudanças, gestão de propriedade, educação continua-

da, associativismo e sindicalismo.

A participante Irma de Oliveira Fonseca, do Distrito de Caetano Mendes, comenta que está no terceiro módulo. "Particularmente estou muito entusiasmada em participar do terceiro curso realizado no município pelo conteúdo do programa". Segundo ela, foi elaborado especialmente para produtoras rurais, no sentido de valorizar e resgatar o trabalho da mulher no campo no meio profissional e familiar, "nos valorizando para que possamos caminhar ao lado dos nossos companheiros."

LEGISLAÇÃO

Japurá promove palestra do Casa em Ordem

O Sindicato Rural de Japurá promoveu no dia 7 de maio a palestra Casa em Ordem.

O evento foi realizado na Casa da Cultura do município e contou com a participação de grande número de produtores rurais que ouviram atentamente sobre a legislação que envolve o produtor e a propriedade rural.

A palestra cumpriu a uma determinação da Procuradoria Re-

gional do Trabalho, que está solicitando que os Sindicatos Rurais informem os produtores sobre a necessidade de se manter legalizado com os trabalhadores rurais que atuam nas propriedades rurais.

O presidente do Sindicato, Luiz Carlos Frigo, disse que o evento teve seu objetivo alcançado e colocou o sindicato à disposição de todos para o esclarecimento de quaisquer dúvidas.

AGROPECUÁRIA PARANAENSE

Ágide Meneguette faz palestra para advogados



Na quarta-feira (24), o presidente do Sistema FAEP, Ágide Meneguette, fez uma palestra aos advogados do escritório G.A. Hauer & Advogados Associados, em Curitiba. Ele abordou o tema "Agropecuária Paranaense", quando fez um perfil da atividade mais importante da economia paranaense.

Seguida à palestra, Ágide narrou sua longa experiência no setor rural brasileiro e debateu os principais desafios da agropecuária nacional. "Muitos brasileiros desconhecem que apenas 29% do nosso território é ocupado pela produção rural, o resto são reservas indígenas, quilombolas e parques", lembrou ele aos advogados.

SINDICATO

Posse em Porecatu

No último dia 09 de junho Ana Thereza da Costa Ribeiro tomou posse na presidência do Sindicato Rural de Porecatu para o triênio 2009/2012. Como vice-presidente assumiu Antônio Carlos Furlaneto Júnior.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Acontece em Curitiba Simpósio sobre Produção Integrada

Acontece em Curitiba nos dias 4 e 5 de agosto o Simpósio Produção Integrada de Sistemas Agropecuários em Microbacias Hidrográficas (PISA). O objetivo do simpósio é discutir o desenvolvimento sustentável no âmbito da microbacia para a produção de alimentos seguros, competitividade e geração de empregos.

O evento será realizado na Expo Unimed Curitiba e as inscrições podem ser feitas pelo site www.montebelloeventos.com.br, informações pelo telefone 41 3203- 1189 ou pelo email:

montebello@montebelloeventos.com.br

PROJETO

Bonecos Aninha e Agrinho visitam Bandeirantes



Os bonecos Aninha e Agrinho visitaram pela primeira vez o município de Bandeirantes durante a Semana do Meio Ambiente, promovido pela Prefeitura Municipal.

O convite partiu da Escola Municipal Maria Speer Faria, que desenvolve o projeto Bandeirantes Crescendo com Cidadania, direcionado para a conscientização ao meio ambiente.

Fazendo parte do projeto, alunos estiveram no dia 8 visitando o prefeito Celso Silva e entregaram a ele propostas que visam melhorias não apenas na escola mas também em outras localidades da cidade. Entre as propostas das crianças está a criação da Secretaria do Meio Ambiente, inclusão de professor de educação ambiental uma vez por mês, coleta seletiva de lixo nas escolas municipais e pontos da cidade, auxílio da Secretaria de Agricultura para a construção de uma horta na escola, reflorestamento de área no Conjunto Habitar Brasil envolvendo alunos e moradores da localidade, entre outros.

Como resposta, o prefeito se colocou a disposição bem como sua equipe administrativa para a concretização das propostas dos alunos. O Agrinho é um programa de responsabilidade social realizado pelo Sistema FAEP e parceiros.

Alunos estiveram no dia 8 visitando o prefeito e entregaram a ele propostas que visam melhorias no município

TELECONFERÊNCIAS

Plantões sobre e-CAC para evitar filas ao contribuinte

No último dia 16 de junho a Receita Federal do Brasil em parceria com a FAEP, FIEP, SEBRAE, CRC-PR entre outras entidades realizou a Teleconferência- "Evite Filas!". Ao todo mil pessoas das cidades de Ponta Grossa, Londrina, Maringá, Cascavel e Pato Branco participaram da transmissão.

Em Foz do Iguaçu o plantão para tirar dúvidas sobre os serviços da internet será entre os dias 30/06 e 06/07/09, das 9h às 12h no

CRC-PR (Conselho Regional de Contabilidade do Paraná), localizado na Rua Almirante Barroso, 2.243 – Sala 704.

Na próxima semana a Receita Federal do Brasil disponibiliza plantões para esclarecimentos de dúvidas sobre o e-CAC (Centro Virtual de Atendimento ao Contribuinte) nos locais (quadro ao lado):

Mais informações e dicas sobre o e-CAC no site:

www.receita.fazenda.gov.br

Cidade	Local	Endereço
Curitiba	CRC	Rua XV de Novembro, 2987 Alto da XV
Ponta Grossa	CRC	Rua XV de Novembro, 512 salas 26 e 27
Londrina	CRC	Rua Espírito Santo, 199 Centro
Maringá	CRC	Av. Carneiro Leão, 135 sala 404 – Centro
Cascavel	CRC	Rua Salgado Filho, 1882 Centro

CARNES NOBRES

Festival mostra a saudável carne de avestruz

No último fim de semana, dando seguimento ao Festival de Carnes Nobres do Mercado Municipal, chegou a vez da carne de avestruz, durante os dias 18, 19, 20 e 21 foram realizados cursos de culinária e de corte da carne de avestruz.

As pessoas passavam pelo estande e se impressionavam com o tamanho dos ovos, que medem de 15 a 20 centímetros e paravam para ver do que se tratava. Os frequentadores também puderam degustar salame e iscas de carne de avestruz. “As pessoas que não conheciam a carne estão gostando. O salame é o produto que mais agrada”, disse Celmira Milleo Costa, representante da Struz Carnes de Avestruz. “Não conhecia a carne, ela é diferente das que estamos acostumados a comer. Não tem como comparar a outra”, disse John Emerson, repositor do Mercado Municipal, depois de experimentar a carne de avestruz.

Minhom, salame, medalhão, alcatra cortes comuns em bovinos, são também cortes presentes na carne de avestruz. Porém com uma vantagem, é muito mais saudável. A carne do avestruz contém alto teor de Omega 3 e 6, ferro e cálcio, que contribuem para a prevenção de doenças do coração. “Apesar de parecer muito com a carne vermelha, a carne de avestruz é muito mais saudável”, falou Xavier Soler, especialista e criador de avestruz.

Participaram dos cursos desde estudantes de gastronomia e nutrição até chefs de cozinha. No curso de corte, os participantes tiveram além do conteúdo teórico, puderam ver o desosse de uma avestruz. “É importante que o participante saiba onde fica a carne de cada corte, e aqui eles puderam ver isso”, contou Soler.

Foram expostos também produtos feitos com couro de avestruz, carteiras, bolsas e cintos.

Público do Mercado Municipal de Curitiba conhece a carne de avestruz. Mais saudável e de boa aparência fez sucesso no Mês das Carnes Nobre.



Informações Nutricionais | por 100g

Espécie	Calorias (Kcal)	Gordura (%)	Colesterol (mg)	Proteínas (%)	Ferro (mg)
Avestruz	101	1,8	36	19,0	3,2
Frango	190	7,4	89	28,9	1,2
Porco	212	9,7	86	29,3	1,1
Vitela	196	6,6	118	31,9	1,2
Boi	211	9,3	86	39,9	3,0

Fonte: Universidade de São Paulo (média dos cortes)

TREINAMENTO

Sindicato Rural de Ubiratã realiza curso de Armazenista

O Sindicato Rural Patronal de Ubiratã realizou em sua sede entre os dias 12 a 19 de junho curso de Armazenista, ministrado pelo instrutor do SENAR-PR, Ramon Ponce Martins.

Segundo o instrutor, o curso tem como objetivo apresentar aos participantes a execução e o desempenho correto, para que possam desenvolver um trabalho com qualidade, segurança e como deve ser armazenagem e conservação de grãos.

Durante o curso os participantes tiveram a oportunidade de estudar a parte teórica na qual foram tratados alguns assuntos relevantes como secagem, regulagem do secador; classificação e descarga do produto, qualidade da lenha, armazenagem e tipo de armazenagem, cuidados no carregamento do armazém e outros.

Os alunos fizeram à parte práti-



ca visitando o Armazém da empresa de grãos Cantelli e das Cooperativas Coagru e Integrada. Vale lem-

brar que o curso obtém uma carga horária de 40 horas e os participantes irão receber certificados.

EVENTOS

Imbituva realiza curso do Agrinho e Trator



Entre os dias 1.º e 2 de junho o Sindicato Rural de Imbituva e SENAR-PR realizaram o curso de Trator na localidade de Palmar.

O evento contou com a presença de 13 participantes e foi administrado pelo instrutor José Augusto Adaghinari Olzewski. A mesma turma que participou do curso de Tratorista Básico participará do curso de Implementos, Semeadeira e Plantadeira nos próximos dias.

No dia 3 um grupo de 44 pessoas, entre elas professoras, pedagogas e diretoras, participou da palestra do Agrinho - aprendizagem colaborativa - mapas conceituais - metodologia de projetos, que foi administrado pela instrutora Andrea Cristina Feriato de Carvalho nas dependências da AME.

JURÍDICO

Djalma Sigwalt

Djalma Sigwalt é advogado - djalma.sigwalt@uol.com.br

Desapropriação rural, vistoria e Supremo Tribunal

A Constituição Federal preceitua competir à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social. Garante, outrossim, a respectiva indenização na forma que especifica no próprio texto. Surgem as excludentes e ressalvas do artigo 185, definidoras da aplicação do direito. Não cumprida a função social, conforme a disciplina do artigo 186, a União tem buscado a expropriação, iniciando o procedimento administrativo no visio de sustentar futuro decreto expropriatório presidencial. As peculiaridades desse processo têm sido examinadas pelo Supremo Tribunal Federal gerando a sua jurisprudência.

Uma das questões debatidas comumente envolvia a notificação do cônjuge na fase administrativa. Porém, no substrato constitucional da expropriação rural com fins de reforma agrária, essa dupla notificação para o processo administrativo da vistoria do imóvel não é obrigatória, conforme julgamento do Tribunal Pleno (STF), no MS 26.121-8-DF. Colhe-se do voto (fls. 483): "O Supremo Tribunal Federal assentou não ser exigível a cópia notificação, bastando que esta seja feita pessoalmente a um dos cônjuges". Outra questão tradicionalmente enfrentada nas defesas surge no descumprimento do art. 2º, do Decreto n. 2.250/97, no que tange à comunicação das entidades representativas "dos trabalhadores rurais e das classes produtoras, a fim de que cada entidade possa indicar um representante técnico para acompanhar o levantamento de dados e informações". Na decisão referida o Supremo entendeu pela dispensa dessa comunicação em situações em que o procedimento administrativo de vistoria teria tido origem no próprio órgão fun-

diário federal. Assim, a exigência da participação das entidades somente se opera quando o procedimento decorre de indicação particular e não pública. Transcreve-se trecho do acórdão "a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal firmou-se no sentido de que a intimação da entidade de classe só é necessária quando a vistoria decorreu de sua indicação formal". Além disso, no mesmo pronunciamento foi decretado o entendimento de que a ocorrência de eventual recurso perante o procedimento administrativo não impossibilita a lavratura do decreto presidencial de expropriação. Trata-se da interpretação do artigo 61, da Lei 9.784/99 atinente ao processo administrativo ligado à administração pública federal. Somente a autoridade recorrida ou imediatamente superior (parágrafo único, do art.61) poderia dar efeito suspensivo ao seu ato. Daí, o que consta da ementa, "existência de recurso em processo administrativo não impede a expedição do decreto expropriatório".

Estabelece ainda o julgado que o argumento da produtividade da gleba rural não poderá ser levantado em sede de mandado de segurança. É o que consta, "índice de produtividade do imóvel: questão que não se discute na via do mandado de segurança." A sustentação da decisão se funda na afirmação de que "a avaliação realizada pelo INCRA e a questão do "real índice de produtividade do imóvel" não podem ser discutidas nesta via processual, por não comportar o mandado de segurança dilação probatória". A parte poderá utilizar-se, entre outras, da cautelar de produção de provas e eventual ação declaratória em primeiro grau de jurisdição, porquanto a via da segurança se acha trancada na atual quadra da jurisprudência do STF relativamente ao tema.



FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO ESTADO DO PARANÁ

Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
Cep 80010-010 - Curitiba - Paraná
Fone: 41 2169-7988 Fax: 41 3323-2124
email: faep@faep.com.br - site: www.faep.com.br

Presidente:

Ágide Meneguette

Vice-Presidentes

Moacir Micheletto
Guerino Guandalini
Nelson Teodoro de Oliveira
Francisco Carlos do Nascimento
Ivo Polo
Ivo Pierin Júnior

Diretores Secretários

Livaldo Gemin
Pedro Paulo de Mello

Diretores Financeiros

João Luiz Rodrigues Biscaia
Paulo José Buso Júnior

Conselho Fiscal

Sebastião Olímpio Santarozza
Luiz de Oliveira Netto
Lauro Lopes

Delegados Representantes

Ágide Meneguette, João Luiz Rodrigues Biscaia,
Francisco Carlos do Nascimento, Renato Antônio Fontana



SENAR - Administração Regional do Estado do Paraná
Av. Marechal Deodoro, 450 - 16º andar
Cep 80010-010 - Curitiba - Paraná
Fone: 41 2106-0401 - Fax: 41 3323-1779
e-mail: senarpr@senarpr.org.br
site: www.senarpr.org.br

Conselho Administrativo**Presidente**

Ágide Meneguette - FAEP

Membros Efetivos

Ademir Mueller - FETAEP
Rosanne Curi Zarattini - SENAR AC
Darci Piana - FECOMÉRCIO
Wilson Thiesen - OCEPAR

Conselho Fiscal - Membros Efetivos

Sebastião Olímpio Santarozza
Luiz de Oliveira Netto
Jairo Correa de Almeida

Superintendência

Ronei Volpi

BOLETIM

Informativo

Jornalista responsável:

Paulo R. Domingues (DRT-PR 1512)
Marcos Tosi (redator)
Cynthia Calderon (redatora)
imprensa@faep.com.br

Publicação semanal editada pelas
Assessorias de Comunicação Social (ACS) da FAEP e SENAR-PR
Permitida a reprodução total ou parcial. Pede-se citar a fonte.

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DO PARANÁ

RECURSO ORDINÁRIO - TRT-PR-01680-2007-089-09-00-0-ACO-15410-2009

RECORRENTES: FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO ESTADO DO PARANÁ - FAEP, CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL - CNA, SINDICATO RURAL DE JANDAIA DO SUL e SINDICATO RURAL DE UBI RATA

RECORRIDO: J. B. A.

RELATOR: MARCIO DIONÍSIO GAPSKI

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de **RECURSO ORDINÁRIO**, provenientes da **VARA DO TRABALHO DE APUCARANA - PR**, sendo Recorrentes **FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO ESTADO DO PARANÁ - FAEP, CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL - CNA, SINDICATO RURAL DE JANDAIA DO SUL e SINDICATO RURAL DE UBI RATA** e Recorrido **J. B. A.**

I. RELATÓRIO

Inconformados com a r. sentença de fls. 291/297, que acolheu parcialmente os pedidos, recorrem os autores.

Os autores Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA, Federação da Agricultura do Estado do Paraná - Faep, Sindicato Rural de Ubirata e Sindicato Rural de Jandaia do Sul, através do recurso ordinário de fls. 299/302 postulam a reforma da r. sentença quanto aos seguintes itens: a) artigo 600 da CLT; e b) honorários advocatícios.

Custas não recolhidas.

Contra-razões apresentadas pelo réu J. B. A. às fls. 312.

Em conformidade com o Provimento nº 01/2005 da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho e, agora, a teor do disposto no art. 45 do Regimento Interno deste E. Tribunal Regional do Trabalho (Recebidos, registrados e autuados no Serviço de Cadastramento Processual, os processos serão remetidos ao Serviço de Distribuição dos Feitos de 2ª instância, competindo ao juiz relator a iniciativa de remessa ao Ministério Público do Trabalho. Redação dada pelo artigo 4º da RA nº 83/2005, de 27.06.05, DJPR de 08.07.05) os presentes autos não foram enviados ao Ministério Público do Trabalho.

II. FUNDAMENTAÇÃO

1. ADMISSIBILIDADE

Presentes os pressupostos legais de admissibilidade, **CONHEÇO** do recurso ordinário interposto.

2. MÉRITO

1. ARTIGO 600 DA CLT

A r. sentença, conquanto tenha condenado o réu ao pagamento da contribuição sindical rural, afastou a incidência de juros nos termos do artigo 600, CLT por entendê-lo revogado tacitamente ante o contido nas leis Lei 8.022/90, 8.383/91 e Lei 8.847/94. Fundamentou, ainda, que aludida multa afigura-se abusiva e com efeito confiscatório, sendo que somente era devida no caso de recolhimento espontâneo da contribuição sindical, hipótese diversa da contemplada nos autos.

Pretendem os recorrentes a aplicação integral do disposto no artigo 600 da CLT, por ser norma cogente e não derogada por nenhum outro dispositivo.

Com razão.

A Lei 8.383/91, que serviu de fundamento para a deci-

são primeira, e que instituiu a unidade fiscal de referência (UFIR) e alterou a legislação do imposto de renda, em seu artigo 59, assim dispõe:

Art. 59. Os tributos e contribuições administrados pelo departamento da Receita Federal, que não forem pagos até a data do vencimento, ficarão sujeitos à multa de mora de vinte por cento e a juros de mora de um por cento ao mês-calendário ou fração, calculados sobre o valor do tributo ou contribuição corrigido monetariamente.

Trata-se de regra específica, referente aos tributos e contribuições administrados pelo departamento da Receita Federal, o que, como visto alhures, não é o caso da contribuição sindical.

Já o artigo 600 da CLT, é norma específica quanto ao recolhimento da contribuição sindical.

Art. 600. O recolhimento da contribuição sindical efetuado fora do prazo referido neste Capítulo, quando espontâneo, será acrescido da multa de 10% (dez por cento), nos 30 (trinta) primeiros dias, com o adicional de 2% (dois por cento) por mês subsequente de atraso, além de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária, ficando, nesse caso, o infrator, isento de outra penalidade.

O art. 600 da CLT impõe sanção específica no caso de recolhimento a destempo da contribuição sindical, já o artigo 59, da Lei 8.383/91, refere-se ao encargo moratório incidente sobre tributos em geral, não recolhidos até o vencimento do prazo.

Observe que a Receita Federal não é o sujeito ativo da obrigação tributária rural (contribuição sindical), mas, sim, a CNA.

Nesse sentido, a jurisprudência da 1ª Turma do Egrégio STJ é pacífica e pontual, conforme se observa das ementas a seguir transcritas:

TRIBUTÁRIO - CONTRIBUIÇÃO SINDICAL RURAL - ART. 600 DA CLT - VIGÊNCIA - 1. Cuida-se de ação de cobrança ajuizada pela Confederação Nacional da Agricultura - CNA objetivando o recebimento de contribuição sindical rural. Em sede de apelação, o tribunal de origem reconheceu cabível a exação, afastando-se, contudo, a aplicação do art. 600 da CLT, por entender revogado pelo disposto no art. 2º da Lei nº 8.022/90. Nesta via recursal, além de divergência jurisprudencial, sustenta a recorrente que o artigo 600 da CLT não foi expressamente revogado pelo disposto no art. 2º da Lei nº 8.022/90. 2. A contribuição sindical rural obrigatória continua a ser exigida de quem é contribuinte por determinação legal, em conformidade com o artigo 600 da CLT. 3. A Secretaria da Receita Federal não administra a referida contribuição, não tendo, conseqüentemente, legitimidade para a sua cobrança. Inaplicabilidade, ao caso, do art. 2º da Lei nº 8.022/90. 4. Recurso Especial provido. (STJ - RESP 200401426001 - (684690 SP) - 1ª T. - Rel. p/o Ac. Min. José Delgado - DJU 19.12.2005).

TRIBUTÁRIO - CONTRIBUIÇÃO SINDICAL RURAL - ART. 600 DA CLT - VIGÊNCIA - 1. Cuida-de de ação de cobrança objetivando o recebimento de contribuição sindical rural. Em sede de apelação, o tribunal de origem reconheceu cabível a exação, afastando-se, contudo, a aplicação do art. 600 da CLT, por entender revogado pelo disposto no artigo 59 da Lei nº 8.383/91. Nesta via recursal, além de divergência jurisprudencial, sustentam os recorrentes que o artigo 600 da CLT não foi expressamente revogado pelo disposto no artigo 59 da Lei nº 8.383/91. 2. A contribuição sindical rural obrigatória continua a ser exigida por determinação legal, em conformidade com o artigo 600 da CLT. 3. Disciplina, expressamente, a Lei nº 8.383/91, sobre as atualizações de tributos administrados e devidos à Receita Federal e, em seu artigo 98, dispõe sobre os dispositivos legais que por ela foram revogados, não incluindo, contudo, o art. 600 da consolidação das Leis do Trabalho. 4. Na espécie, aplica-se o § 2º do art. 2º da licc: "Lei nova, que estabelece disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a Lei anterior". 5. São devidos os encargos pelo atraso no recolhimento da contribuição sindical rural nos termos do art. 600 da CLT. 6. Recurso Especial provido (STJ-RESP200400822932 - 1ªT- Rel. Min. José Delgado - DJU 19.12.2005).

PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO REGIMENTAL - FALTA DE PREQUESTIONAMENTO - OMISSÃO NA CORTEA QUONÃO SANADA POR EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - ADUÇÃO DE VIOLAÇÃO A DISPOSITIVOS LEGAIS AUSENTES NA DECISÃO RECORRIDA - SÚMULA Nº 211/STJ - DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO-COMPROVADO - (...) A) a CNA tem legitimidade para propor ação de cobrança da contribuição sindical patronal rural, a qual é instituída por Lei em benefício de categorias profissionais específicas, tendo caráter tributário, portanto, compulsória; b) em caso de mora, o devedor fica sujeito ao pagamento do valor atualizado da contribuição, acrescido da multa e juros previstos no art. 600 da CLT. (...) (STJ - AGA 200400434108 - (595850 MS) - 1ªT. - Rel. Min. José Delgado - DJU 13.12.2004).

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL RURAL. LEGALIDADE. LEGITIMIDADE. CNA. PUBLICAÇÃO DE EDITAL. SÚMULA 07/STJ. MULTA. ART. 600 DA CLT. APLICAÇÃO. RITO SUMÁRIO. ALEGADA VIOLAÇÃO AO ART. 275, I, DO CPC NÃO CONFIGURADA. I - A jurisprudência das Turmas que integram a Primeira Seção desta Corte é pacífica no sentido de que a Contribuição Sindical rural obrigatória continua a ser exigida de quem é contribuinte por determinação legal, em conformidade com o artigo 600 da CLT, tendo a Confederação Nacional da Agricultura legitimidade para a cobrança da contribuição sindical rural. II - É inequívoco que a Contribuição Sindical Rural não é débito para com a Receita Federal, pois se trata de obrigação cuja legitimidade da cobrança é da Confederação Nacional da Agricultura. Consectariamente, aplicam-se aos referidos débitos as sanções do art. 600 da CLT, que não foi revogado pela Lei nº 8.383/91, e não o disposto no art. 59 da referida lei. (...) Precedente: REsp nº 737.260/MG,

Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, DJ de 01/07/05. V - Recurso especial improvido (REsp 844357/SP; RE 2006/0110624-4 Rel. Min. FRANCISCO FALCÃO. T1 - DJ 09.11.2006).

No entanto, há de ser observada a limitação ao valor do principal, conforme disposto nos artigos 412 e 413 do Código Civil.

Nesse sentido, cite-se o precedente desta E. 2ª Turma TRT-PR-79021-2006-094-09-00-3-ACO-18220-2007-publ-10-07-2007 (Relatora Des. Rosemarie Diedrichs Pimpão), onde também figurou no pólo ativo a CNA.

Reformo, para determinar a aplicação do artigo 600 da CLT, observada a limitação prevista nos artigos 412 e 413 do Código Civil.

2. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Recorrem os autores postulando majoração da verba honorária a patamar entre 10% a 20% sobre o valor da condenação. Analisa-se.

É entendimento desta E. Turma, em processos promovidos pela mesma CNA, que são devidos honorários advocatícios com supedâneo no artigo 5º da IN TST nº 27, de 16 de fevereiro de 2005 (Art. 5º Exceto nas lides decorrentes da relação de emprego, os honorários advocatícios são devidos pela mera sucumbência), que dispõe sobre normas procedimentais aplicáveis ao processo do trabalho em decorrência da ampliação da competência da Justiça do Trabalho pela Emenda Constitucional nº 45/2004 (precedente TRT-PR-79010-2006-020-09-00-7, publicação em 23-02-2007, Rel. Desembargadora Marlene T. Fuverki Suguimatsu).

Quanto ao montante, esta Corte tem fixado o percentual de 10% a título de honorários advocatícios em ações como a presente, tendo em vista grau de zelo do profissional, o lugar de prestação do serviço, a natureza e importância da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço.

Eis os precedentes: 79010-2006-020-09-00-7 publicado em 23-02-2007 e 79029-2006-749-09-00-2 publicado em 06-07-2007, relatados pela Exma Desembargadora Marlene Fuverki Suguimatsu e 79001-2006-669-09-00-1 publicado em 11-05-2007, relatado pela Exma Desembargadora Rosemarie Diedrich Pimpão.

Reformo, em parte, para majorar os honorários advocatícios ao importe de 10% sobre o valor líquido da condenação.

III. CONCLUSÃO

Pelo que,

ACORDAM os Juízes da 2ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, por unanimidade de votos, **CONHECER DO RECURSO ORDINÁRIO DOS AUTORES** e, no mérito, por igual votação, DAR-LHE PROVIMENTO PARCIAL para, nos termos da fundamentação: **a)** determinar a aplicação do artigo 600 da CLT, observada a limitação prevista nos artigos 412 e 413 do Código Civil; e, **b)** majorar os honorários advocatícios ao importe de 10% sobre o valor líquido da condenação.

Custas acrescidas no importe de R\$20,00, pelo réu, sobre o valor provisoriamente atribuído à condenação de R\$1.000,00.

Intimem-se.

Curitiba, 28 de abril de 2009.

MÁRCIO DIONÍSIO GAPSKI
RELATOR

OPORTUNIDADE

BHC: auto-declaração livra produtor de qualquer penalidade

Os produtores têm uma “janela de oportunidade” única para dar fim à incômoda e perigosa herança do Hexaclorobenzeno, o BHC. Até 31 de dezembro de 2009 é possível declarar a posse deste e de outros agrotóxicos que foram banidos pela legislação brasileira e solicitar sua remoção, sem qualquer custo ou penalidade para o produtor.

Em abril deste ano foi aprovada a Lei Estadual 16.082 prevendo o recolhimento e a incineração do inseticida. A partir de julho, os escritórios da Emater, a FAEP, os Sindicatos Rurais e a Organização das Cooperativas (Ocepar) vão receber os formulários para auto-declaração e motivar os produtores a identificar os locais onde estão os defensivos. Primeiro haverá o cadastramento e depois será agendada visita para remoção até um incinerador.

O acondicionamento e transporte dos produtos tóxicos será feito por pessoal especializado, seguindo as normas de segurança para evitar o risco de contaminação ou acidentes por mistura de produtos incompatíveis.

O BHC foi largamente utilizado em lavouras de café e algodão até o final da década de 70. Também foi um veneno popular para acabar com formigueiros. Foi o próprio poder público que importou e distribuiu o “pó de broca” no País, através do extinto Instituto Brasileiro do Café (IBC). Estima-se que existam no Paraná duas mil toneladas do veneno enterradas nas propriedades ou armazenadas em embalagens deterioradas. É uma ameaça permanente à água, ao solo e à vida.

quando propôs a lei, junto com a deputada Rosane Ferreira, o deputado Luiz Eduardo Cheida arriscou dizer que ainda há mais BHC estocado do que se imagina. Poderia



chegar até cinco mil toneladas, 90% no Norte, Noroeste e Norte Pioneiro, regiões que concentravam as plantações de algodão e café.

Intoxicação

O engenheiro agrônomo Irineu Pozzobon, funcionário aposentado do IBC e autor do livro "A Epopéia do Café no Paraná" (2007) disse ao jornal Folha de Londrina que o veneno não causava intoxicação imediata porque o princípio ativo (hexacloro benzeno) era usado normalmente na proporção de 1% para 99% de talco calcário - daí o nome "pó de broca". O trabalhador que fazia a

aplicação ficava coberto de branco dos pés à cabeça mas não se via em risco, por que a intoxicação era silenciosa e com manifestações no médio-longo prazo.

Cancerígeno, o BHC foi proibido no Brasil em 1985. O banimento, no entanto, não acabou com os estoques que havia nas propriedades. Grandes quantidades foram abandonadas e continuam provocando estragos. Com medo de serem taxados de criminosos ambientais, alguns agricultores enterraram quantidades do pó, potencializando os riscos de contaminação do solo e água.

Cancerígeno, o BHC foi proibido no Brasil em 1985.

O banimento, no entanto, não acabou com os estoques que havia nas propriedades

Deu na imprensa



Transgênicos

Secretário de Políticas e Programas de Pesquisas e Desenvolvimento (Seped) do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), Luiz Antonio Barreto de Castro, disse na 2ª Oficina de Biossegurança em Saúde, na Organização Pan-americana de Saúde (Opas), em Brasília, que “além de ser o pioneiro em pesquisas transgênicas, o Brasil é o terceiro maior produtor nesse segmento, ficando atrás dos Estados Unidos e Argentina”.

(Notícias Agrícolas)

Resíduos sólidos

O grupo de trabalho que analisa a Política Nacional de Resíduos Sólidos deve votar, em duas semanas, o relatório final ao Projeto de Lei 1991/07 do executivo apresentado pelo deputado Arnaldo Jardim (PPS-SP). Um dos itens mais polêmicos é a chamada logística reversa, que prevê a criação, por fabricantes, importadores ou comerciantes, de condições para o retorno de produtos e embalagens pelo consumidor, para reutilização ou reciclagem. Na versão preliminar do relatório, Jardim indicava que os ramos de agrotóxi-

cos, pilhas e baterias, lâmpadas fluorescentes, pneus e produtos eletroeletrônicos deveriam implantar o sistema. Depois de muita negociação, as lâmpadas e eletrônicos foram excluídos do texto e, no lugar, foram acrescentados os óleos lubrificantes.

(Câmara Federal)

ABIEC: exportação de carne pode triplicar até 2020 sem desmatar

É possível praticamente triplicar a receita cambial com exportações de carne bovina brasileira até 2020 sem desmatar nenhuma área para pastagem. A projeção foi feita pelo presidente da Abiec (Associação Brasileira da Indústria Exportadora de Carne), Roberto Giannetti da Fonseca, durante audiência pública extraordinária na Comissão de Agricultura do Senado para discutir a situação dos frigoríficos. De acordo com Giannetti da Fonseca, as vendas de carne brasileira somaram, no ano passado, US\$ 5,3 bilhões. Em 2020, segundo ele, pode-se chegar a US\$ 14,580 bilhões.

(Campo News)

Box da matéria da Revista Veja, "A melhor amiga do homem", edição 2117, mostrando a variedade de produtos que são derivados do gado bovino

1 Casacos e cadeiras

Feitos de couro

2 Gelatina em pó

Extraída do couro bovino

3 Vinho

Contém gelatina neutra, extraída do couro bovino, para clarificar

4 Cerveja

Contém bílis bovina para fermentação e gelatina neutra

5 Xampu

Contém sebo bovino

6 Sabonete, sabão e detergente

Contém sebo bovino

7 Iogurtes, queijos, manteiga

8 Medicamentos em cápsula

Contém gelatina neutra

9 Anti-inflamatório

Contém substâncias retiradas de intestino bovino

10 Pomada para contusões

Contém sais bilares bovinos

11 Carne

12 Chiclete

Contém gelatina neutra

13 Adoçante

Contém gelatina hidrolisada

14 Cosméticos

Contém gelatina hidrolisada e sebo bovino

15 Fita adesiva e fósforos

Contém gelatina industrial, de origem bovina

16 Lápis

Contém sebo bovino

17 Graxa para sapatos

Feita com mocotó, extraído das patas bovinas

18 Escovas

Feitas com pelos bovinos

19 Tintas

Contém sebo bovino

20 Sapatos, luvas e bolas

Feitos de couro e pelos

21 Caixa e bijuterias de madrepérola artificial

Feitas com chifres ou casco

22 Raquete Cordas

Feitas com tripas bovinas





Fale conosco

Se você tem eventuais dúvidas sobre questões previdenciárias ou técnicas poderá, além do site (www.faep.com.br), acessar o endereço eletrônico: previdencia@faep.com.br ou os emails pessoais (abaixo de cada resposta), telefonar (41 2169 7988) ou enviar correspondência: (R. Mal. Deodoro, 450 – 14° and CEP 80010-010 – A/C da Comunicação Social)

O caminho para as codornas

1 - Gostaria que me informassem o que é preciso para regularizar a criação de codornas (distribuição de ovos, venda de filhotes e comercialização de carne). Penso em montar uma pequena empresa. Como faço?

(Produtor da região oeste)

a - Para viabilizar a produção, você deve procurar um técnico da EMATER ou da Secretaria Municipal de Agricultura que lhe orientará quanto às técnicas de criação comercial de codornas. Lembre que para comercializar os animais é importante cadastrar o estabelecimento na Secretaria de Estado de Agricultura. Como as codornas serão transportadas devem estar acompanhadas de Guia Trânsito Animal (GTA). Esta GTA é emitida no escritório local da Secretaria de Estado de Agricultura de seu município.

b - O segundo passo é procurar o Sindicato Rural de sua cidade e inscrever-se na próxima turma do Programa Empreendedor Rural, do SENAR-PR. Este treinamento irá lhe dar uma série de orientações estratégicas para você refletir sobre a atividade e fazer um estudo de viabilidade econômica da mesma. Este Programa é gratuito, exigindo apenas tempo e dedicação para o melhor aproveitamento.

c - Lembre-se que o processo de beneficiamento de ovos para conservas ou de abate para comercialização de carcaças, dependem de um investimento em instalações adequadas para estas atividades. É preciso o registro do estabelecimento e dos produtos junto ao Serviço de Inspeção do Paraná (SIP/POA), para comercializar estes produtos no Estado do Paraná. Caso pretenda comercializar apenas em sua cidade, então deverá registrar o estabelecimento e os produtos na Vigilância Sanitária e na Secretaria Municipal de Agricultura de seu município.

d - Finalmente, depois de recolher todas as informações técnicas para a produção e para o beneficiamento, além dos estudos de viabilidade econômica, você terá condições de escrever um projeto para requisitar junto às instituições financeiras os recursos para os investimentos necessários a uma exploração viável da atividade.

Existem diversas linhas de crédito para estas atividades, inclusive do PRONAF, dependendo do enquadramento de seu cadastro nos bancos. Com o Projeto em mãos fica mais fácil obter estes recursos.

Acredito que seguindo estes passos você recolherá as informações e condições necessárias para obter sucesso nesta atividade.

Boa Sorte

(Celso F. D. Doliveira é veterinário do DTE/FAEP – celso.doliveira@fundepcpr.org.br)

Preço do leite

2 - Tenho visto na tv e lido na imprensa que o preço do leite nos supermercados teve um grande aumento. Mas estão esquecendo dos custos do produtor. É preciso esse esclarecimento.

(Produtor do sudoeste)

R. De fato, estive inclusive há alguns dias em Francisco Beltrão e abordamos, entre outras coisas, essa questão. Na verdade, os produtores de leite em todo o País tiveram vários problemas. A começar pela perda do milho-safrinha que permitiria estocar alimento para o período de inverno; em seguida a seca que impediu o desenvolvimento das pastagens. Como consequência, os produtores tiveram de comprar alimentos fora de suas propriedades, elevando naturalmente os custos. A partir de agosto/setembro a tendência será a melhoria dessas condições, mas esperemos que não se repita o que ocorreu em 2007, quando os preços tiveram uma grande alta e em seguida ficaram completamente defasados. É bom lembrar que os atuais preços pagos ao produtor são inferiores àqueles verificados em 2008. (Maria Sílvia C. Digiovani é engenheira agrônoma do DTE/FAEP – silvia.digiovani@faep.com.br)

Frigoríficos

3 - Como a situação financeira dos frigoríficos pode afetar os preços do boi? (Produtor do Noroeste)

R. A falta de dinheiro dos frigoríficos cria muitas incertezas para os produtores. Quando nós pensamos no preço da arroba a tendência é de baixa. Mas, na verdade, como as escalas de abate estavam curtas e a demanda interna aquecida os preços estão se mantendo elevados. No Paraná a alta dos preços da carne no varejo chegam a 2%. E a arroba está estável, por volta de R\$ 71,00. E fica como orientação para os produtores que pratiquem a venda a vista. Boi entregue dinheiro na mão.

(Fabrício Monteiro é veterinário do DTE/FAEP - fabricao.monteiro@faep.com.br)

Preço das Commodities

4 - O dólar vem se desvalorizando após pico de alta (R\$ 2,50) em dezembro de 2008. Como ficam as commodities agrícolas que têm seu preço balizado em dólar?

R. As commodities agrícolas (soja, milho, café, açúcar e trigo entre outras) não são favorecidas com queda do dólar. No acumulado de dezembro de 2008 a junho de 2009, a moeda caiu 19%. Este quadro não beneficia os preços, haja vista que o dólar e as commodities caminham em sentido inverso. Ou seja, quando o dólar sobe, o preço da soja cai e vice-versa. Por outro lado, a valorização da moeda americana não compensou as quedas de preços na Bolsa de Chicago. Em julho de 2008 a soja valia R\$ 52,91 por saca (dólar equivalente a R\$ 1,591). Em abril de 2009, mesmo com o dólar tangenciando R\$ 2,000, o grão valia R\$ 47,78 por saca.

(Gilda Bozza Borges é economista do DTE/FAEP – gilda.bozza@faep.com.br)

Conseleite Paraná divulga resolução n° 06/2009

A diretoria do Conseleite-Paraná reunida no dia 16 de junho de 2009 na sede da FAEP, na cidade de Curitiba, atendendo os dispositivos disciplinados no Capítulo II do Título II do seu Regulamento, aprova e divulga o preço de referência realizado em Maio de 2009 e a projeção do preço de referên-

cia para o mês de Junho de 2009.

O preço de referência final do leite padrão para o mês de Maio/2009 calculado segundo metodologia definida pelo Conseleite-Paraná a partir dos preços médios e do mix de comercialização do mês, apresentados pela UFPR, bem como o maior e menor valor de referência, de

acordo com os parâmetros de ágio e deságio em relação ao Leite Padrão, contidos no Anexo I do Regulamento; e o preço de referência projetado para o mês de Maio (contido na Resolução 05/2009 do Conseleite-Paraná) e as diferenças entre estes valores são apresentados a seguir:

VALORES FINAIS DE REFERÊNCIA¹ DA MATÉRIA-PRIMA (LEITE) – MAIO / 2009

Matéria-prima	Valores projetados em 19/maio/2009	Valores finais maio/2009	Diferença (final projetado)
Maiores Valores de Referência (leite acima do padrão)			
Posto Plataforma	0,7121	0,7493	0,0373
Posto Propriedade	0,6765	0,7119	0,0354
Valores de Referência para leite padrão			
Posto Plataforma	0,6192	0,6516	0,0324
Posto Propriedade	0,5836	0,6142	0,0306
Menores Valores de Referência (leite abaixo do padrão)			
Posto Plataforma	0,5629	0,5954	0,0295
Posto Propriedade	0,5273	0,5550	0,0277

Observações:

Posto Plataforma significa o leite entregue na plataforma da indústria (o frete é custo do produtor)

Posto Propriedade significa o leite entregue na propriedade rural (o frete é custo da indústria)

Em todos os preços está incluída a CESSR (Ex-Funrural) (2,3%), a ser descontada do produtor rural.

O preço de referência projetado do leite padrão para o mês de Junho de 2009, calculado segundo a metodologia definida pelo Conseleite-Paraná a partir dos

preços médios e do mix de comercialização do primeiro decêndio de Junho, apresentados pela UFPR, bem como o maior e menor valor de referência, de acordo

com os parâmetros de ágio e deságio em relação ao Leite Padrão, contidos no Anexo I do Regulamento, são apresentados a seguir:

VALORES PROJETADOS DE REFERÊNCIA² DA MATÉRIA-PRIMA (LEITE) PARA JUNHO DE 2009

Matéria-prima	Valores projetados para maio/2008
Maiores Valores de Referência (leite acima do padrão)	
Posto Plataforma	0,8182
Posto Propriedade	0,7773
Valores de Referência para o leite padrão	
Posto Plataforma	0,7115
Posto Propriedade	0,6706
Menores Valores de Referência (leite abaixo do padrão)	
Posto Plataforma	0,6468
Posto Propriedade	0,6059

Observações:

Posto Plataforma significa o leite entregue na plataforma da indústria (o frete é custo do produtor)

Posto Propriedade significa o leite entregue na propriedade rural (o frete é custo da indústria)

Em todos os preços está incluída a CESSR (Ex-Funrural) (2,3%), a ser descontada do produtor rural.

Para o leite pasteurizado o valor projetado para o mês de Junho de 2009 é de R\$ 1,2830/litro.

Curitiba, 16 de junho de 2009.

RONEI VOLPI
Presidente

WILSON THIESEN
Vice-Presidente

EM COLOMBO

A revolução do verde

O modelo de tecnologia desenvolvido pela Strapasson

Na leva de imigrantes italianos que desembarcaram no Brasil no início do século XX estavam as raízes da família Strapasson, que se estabelecera em Colombo, hoje uma cidade geminada a Curitiba e com quase 240 mil habitantes, a terceira do Estado. Fiel às origens, aproveitaram o relevo montanhoso da região e o cobriram de parreirais. O vinho de Colombo vicejou enquanto a comunidade foi pequena, mas as intempéries e o mercado forçaram a busca de novas alternativas. Apesar das circunstâncias, este cenário foi suficiente para Florido Jordão Strapasson, 64 anos, comprar um pedaço de terra, casar e criar três filhos.

No início da década de 90, diante da dificuldade de concorrência com os vinhos do Rio Grande do Sul, ele trocou as parreiras pelo colorido das verduras, legumes e hortaliças. Aos poucos a área que abrigava a uva foi cedendo espaço às estufas, ideia nascida durante a Segunda Guerra Mundial diante da escassez de alimentos. Os nutrientes passaram a ser levados às plantas pela água.

Florido que testemunhara as velhas carroças de italianas percorrendo as ruas de Curitiba vendendo hortaliças vislumbrou nessa área um filão. Passou a desenvolver técnicas de cultivo de hortifrutigranjeiros que lhe permitisse colher produtos de qualidade indiscutível, logo de melhor preço.

Atualmente, a produção se divide igualmente entre hidropônicos, orgânicos e convencionais, com uma tecnologia que exigiu um investimento de R\$ 5 milhões. Gilberto, um dos três filhos e administrador da empresa, resolveu apostar em alimentos isentos de agrotóxicos e com produção socialmente correta, estimulado pelas mudanças alimentares e pelo crescimento populacional.

Mas não é tão simples. Segundo Gilberto, é necessário “conseguir a certificação, o que exige o atendi-



Gilberto Strapasson

mento de uma série de requisitos sociais e ambientais, entre eles a rastreabilidade dos produtos e a manipulação separada”.

Há 15 anos no mercado, a marca Strapasson tornou-se uma referência e busca melhorar ainda mais a qualidade de seus produtos que são 90% comercializados em supermercados e fast-foods de Curitiba. A pro-

dução é de 300 toneladas/mês. São 130 funcionários diretos que se revezam em três turnos de trabalho.

A linha de orgânicos ganhou no ano passado uma marca diferenciada, a PrimaVerdi. Até dezembro, os Strapasson pretendem lançar uma nova marca própria que atenderá novos produtos que estão sendo gradativamente agregados ao

mix. São frutas processadas (lavadas, cortadas e acondicionadas), a começar pela maçã. De olho no mercado de produtos minimamente processados que tem despertado o interesse de consumidores.

A diversificação será possibilitada pela parceria com pequenos produtores, que ganham com a garantia de venda e poder de negociação, já que individualmente torna-se mais difícil a sobrevivência. “É um trabalho que

está em fase de desenvolvimento, mas provavelmente seremos pioneiros nessa área”, afirma Gilberto.

Tanta tecnologia não isenta a Strapasson e Filhos Produção e Comércio de Alimentos dos prejuízos causados pelo clima instável da região. Caso ocorrido no início de junho, quando as perdas foram de 70% da produção. No caso do hidropônico, o desenvolvimento dos produtos “trava”, tornando a demanda maior

do que a oferta.

Foi num desses momentos de dificuldade que a Strapasson se viu mais uma vez desafiada e diante dos percalços enfrentados na negociação com uma grande rede de supermercados, criou o sistema de entrega a domicílio, chegando direto ao consumidor final via telemarketing ou site:

(www.chacarastrapasson.com.br)

SENAR-PR qualifica mais de 13 mil produtores e trabalhadores rurais

O Paraná tem 4.331 produtores com área média de exploração de três hectares. A área total plantada na safra 2004/05 foi de 11.530 hectares e a produção chegou a 77.971 toneladas. As principais culturas exploradas são soja (volume total de 5.772 toneladas, sendo 98% exportadas para a Europa, Ásia e Estados Unidos) e açúcar mascavo (de grande importância, sendo 50% exportados para a Europa), segundo dados da Emater.

As hortaliças e frutas orgânicas ultrapassam as 22 mil toneladas para consumo interno. A agregação de valor ao produto orgânico é da ordem de 30 a 50%. O volume total de produção representa valor bruto da ordem de US\$ 42,5 milhões. Os custos de produção são cerca de 10 a 15% menores que os produtos convencionais, em função do não uso de adubos sintéticos e agrotóxicos.



Estufa de hidropônicos

O SENAR-PR, por meio do programa “Agricultura Orgânica”, lançado em 2002, atende mais de 13 mil produtores, trabalhadores e familiares de produtores em mais de 1,5 mil eventos, em várias áreas de

atuação em olericultura, café, cana-de-açúcar, milho, soja, feijão, uva e módulo básico que aborda os princípios da agricultura orgânica, manejo em geral, compostagem e preparo de caldas.



Endereço para devolução:

Federação da Agricultura do Estado do Paraná
Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
Cep 80010-010 - Curitiba - Paraná

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se | <input type="checkbox"/> Falecido |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido | <input type="checkbox"/> Ausente |
| <input type="checkbox"/> Recusado | <input type="checkbox"/> Não procurado |
| <input type="checkbox"/> Endereço insuficiente | |
| <input type="checkbox"/> Não existe o nº indicado | |
| <input type="checkbox"/> | |

Informação dada pelo porteiro ou síndico

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em ___/___/___

Em ___/___/___

Responsável _____